

PROJETO DE LEI Nº 26/2014  
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA  
RELATÓRIO

1. Trata-se de projeto de lei de autoria do Prefeito, autuado sob o nº 26, de 2014, que altera a Lei nº 1.098, de 20 de dezembro de 2013, que “estima a receita e fixa a despesa do Município de Bonfinópolis de Minas para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências.”
2. A finalidade é alterar o artigo 5º da citada Lei n. 1.098/2013, para o fim de passar de 8% para 20% o limite de autorização prévia destinado à abertura de créditos adicionais suplementares.
3. Recebida, a matéria veio ao exame desta Comissão, considerando seu objeto exclusivamente orçamentário, ocasião em que o senhor Presidente designou-me relator, dispensando-se o rito processual estabelecido no artigo 182 do Regimento Interno da Casa.
4. Era o que tinha a relatar.

FUNDAMENTAÇÃO

5. A vigente lei orçamentária autorizou a abertura de créditos suplementares no patamar de 8% (oito por cento) dos orçamentos da seguridade social e fiscal do Município, o que hoje representaria cerca de R\$ 2.196.000,00 (dois milhões e cento e noventa e seis mil reais).
6. O que pretende o Prefeito é passar esse valor para R\$ 5.490.000,00 (cinco milhões e quatrocentos e noventa mil reais), o que representa 20% (vinte por cento) da despesa orçamentária.
7. Embora o valor pretendido releve deficiência no planejamento orçamentário, cumpre destacar que as razões trazidas na Exposição de Motivos são pertinentes e razoáveis, haja vista que o crédito anteriormente concedido foi utilizado basicamente para reforço de dotações relativas a obras e projetos cuja execução estava prevista para o exercício de 2013, dentre os quais destacam-se: 1) suplementação realizada no valor de R\$ 247.700,00 para execução da obra de Construção de 01 Galpão Industrial; 2) suple-

mentação no valor de R\$ 99.000,00 para aquisição de implementos agrícolas e tratores para fortalecimento da Agricultura, conforme convênios com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 3) suplementação no valor de R\$ 74.500,00 para contrapartida da obra de Melhorias Habitacionais na Zona Rural – Controle de Doenças de Chagas através de convênio com a FUNASA/MS; e 4) suplementação no valor de R\$ 66.000,00 para Término da Construção do Centro Educacional Infantil – Pró-Infância.

8. Noutro giro, de acordo com o quadro de suplementação anexado à presente proposição, foi necessário reforçar diversas fichas relacionadas às despesas com pessoal para adequação à classificação contábil vigente exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais na ordem de R\$ 456.800,00.

9. Outro motivo que reputo pertinente diz respeito à alteração no sistema de classificação orçamentária imposto pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que passou a exigir detalhamento em nível de fontes de recursos.

10. Fica patente que essas circunstâncias, parte considerável delas imprevisível e, portanto, não alocada inicialmente na lei orçamentária vigente, comprometem o limite de suplementação concedido, criando obstáculo à execução orçamentária.

11. Feitas essas considerações, ressalto que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais tem considerado razoável a abertura de créditos suplementares até o patamar de 30% (trinta por cento) da despesa fixada, de modo a não comprometer o planejamento orçamentário.

12. O crédito pretendido fica ainda abaixo do percentual considerado exequível pelo TCEMG, já que passaria de 8% (oito por cento) para 20% (vinte por cento), o que seria insuficiente para alterar de modo significativo a programação orçamentária.

13. A despeito disso, entendo que um reforço da ordem de 4% (quatro por cento) além do que já foi previamente autorizado é suficiente para a execução do orçamento até o final do presente exercício financeiro, uma vez que faltam pouco mais de dois meses para o seu encerramento.

14. Vale ponderar que esse incremento eleva o valor da suplementação de R\$ 2.196.000,00 para R\$ 3.294.000,00, um acréscimo de R\$ 1.098.000,00, que consideramos razoável e suficiente para atender as necessidades orçamentárias do Poder Executi-

vo Municipal.

### CONCLUSÃO

15. ANTE O EXPOSTO, voto pela aprovação do Projeto de Lei n. 26/2014, na forma do Substitutivo nº 1, parte integrante deste parecer.

Sala das Comissões, 13 de Outubro de 2014.

Vereador CARLINHOS DA BRASILINHA  
Relator

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 026/2014

Altera a Lei nº 1.098, de 20 de dezembro de 2013, que *“Estima a receita e fixa a despesa do Município de Bonfinópolis de Minas para o exercício financeiro de 2014.”*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 86, inciso VII, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O *caput* do artigo 5º da Lei nº 1.098, de 20 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 5º. Durante a execução orçamentária de 2014, fica o Prefeito autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao orçamento fiscal até o montante de 12% (doze por cento) da receita prevista no caput do artigo 2º desta Lei, com finalidade de atender insuficiência nas dotações orçamentárias, na forma do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, vedados a anulação ou o cancelamento total ou parcial de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emenda parlamentar ou de dotações destinadas à concessão de auxílios, contribuições e subvenções sociais.”*  
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de Outubro de 2014.

Vereador CARLINHOS DA BRASILINHA  
Relator